

A relação entre o processo de construção do juízo moral em crianças e adolescentes e sua propensão a silenciar sobre eventuais abusos sexuais sofridos

The relation between process of children and adolescents' moral judgment construction and their propensity to silence about possibly suffered sexual abuse

Danielly Bart do Nascimento ^a, Edinete Maria Rosa ^b, Heloisa Moulin de Alencar ^b

a) Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil. b) Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

Resumo

O presente ensaio relaciona teorias sobre a construção do juízo moral nas crianças e nos adolescentes com sua propensão a silenciar sobre algum abuso sexual que tenha sofrido. O ensaio aborda aspectos relacionados ao abuso sexual contra crianças e adolescentes como, a submissão de crianças e adolescentes ao desejo sexual de alguém fisicamente mais forte ou mais velho, os tipos de abuso, a origem intra ou extrafamiliar da violência, as consequências que o abuso pode acarretar à vítima, o perfil e modus operandi de abusadores pedofílicos e o segredo sobre o abuso. Aborda também a relação entre a construção do juízo moral, conforme as teorias de Piaget e Kohlberg, e o silêncio sobre o abuso sexual. Assim, os estudos indicam que os primeiros estágios do desenvolvimento moral podem contribuir a favor do abusador na manutenção do silêncio sobre o abuso, caso a criança não possa contar com uma rede de apoio capaz de prevenir ou de interromper a violência.

Palavras-chave: abuso sexual; juízo moral; criança; adolescente; psicologia do desenvolvimento.

Abstract

This essay relates theories about children and teenager's moral judgment construction with their propensity to silence about any sexual abuse they have suffered. The essay addresses aspects related to sexual abuse against children and adolescents, such as submission of children and adolescents to sexual desire of someone physically stronger or older; types of abuse; origin of violence, within or outside family; consequences abuse can cause to victim; pedophilic abuser's profile and modus operandi; and the secret about abuse. It also deals with the relation between construction of moral, judgment according to Piaget and Kohlberg's theories, and silence about sexual abuse. Thus, studies indicate that early stages of moral development may favors abusers by contributing to maintenance of silence

about abuse if child cannot rely on a support network capable to prevent or stop violence.

Keywords: *sexual abuse; moral judgment; child; teenager; developmental psychology.*

1. Aspectos gerais do abuso sexual contra crianças e adolescentes

Não há uma definição geral sobre o que é abuso sexual contra crianças e adolescentes, visto que a sua interpretação é social, histórica e cultural. Em nossa sociedade, entende-se tratar da submissão de crianças e adolescentes à gratificação sexual de um adulto, ou de uma pessoa mais velha, de compleição física maior, ou que de alguma forma exerça um poder sobre elas (Sanderson, 2005). O abuso sexual pode ser praticado de várias formas, por exemplo, o aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia, voyeurismo, exibicionismo, carícias, masturbação e penetração com os dedos, pênis ou outros objetos, entre outros. Além disso, há possibilidade de dano físico e psicológico, ou mesmo de chegar a causar a morte da vítima (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

A violência sexual é um tipo de agressão que atinge parte individual e reservada do ser humano – sua sexualidade, limitando os seus direitos sexuais (Monteiro, Teles, Castro, Vasconcelos, Magalhães & Deus, 2008), podendo ser acompanhada pelo abuso físico, o abuso emocional e a negligência (Sanderson, 2005). Em muitos casos, a violência sexual não deixa marcas aparentes sobre o corpo da vítima, o que dificulta a sua comprovação. É um fenômeno que pode ocorrer independentemente da idade, classe social, etnia, religião e cultura da pessoa, tanto vítima quanto abusadora.

No Brasil, a Lei nº. 12.015, de 10 de agosto de 2009, alterou o Código Penal para tipificar como estupro de vulnerável qualquer ato libidinoso praticado com pessoas com idade inferior a 14 anos, assim como criminaliza a indução de pessoas com menos de 14 anos a satisfazerem a lascívia de outrem. Dessa forma, o ato sexual praticado com essas pessoas é automaticamente considerado crime, não importando o testemunho conivente da vítima.

Os efeitos que o abuso sexual pode provocar em uma criança ou no adolescente vão depender particularmente de como a pessoa percebe a experiência vivida (Florentino, 2015). De acordo com Sanderson (2005), os sinais e consequências do abuso em crianças podem ser classificados em: efeitos emocionais (medo, culpa, ansiedade, vergonha); efeitos interpessoais (isolamento, pouca comunicação verbal, agressividade dirigida às pessoas); efeitos comportamentais (brincadeiras ou comportamentos sexualizados, comportamento autodestrutivo ou descontrolado como ataques de raiva); efeitos cognitivos (transtornos cognitivos, hipervigilância); efeitos físicos (distúrbio do sono, sangramentos, traumas) e efeitos sexuais (comportamentos sexuais incomuns ou inadequados para a idade da criança).

No que se refere às implicações psicológicas da violência sexual, Borges e Dell'Áglio (2009) confirmam a sua associação com o transtorno de estresse pós-traumático. Esse transtorno está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V com sintomas tais como: medo, pavor, tristeza, culpa, raiva, vergonha, lembranças angustiantes, revivência persistente do evento traumático, esquiva persistente de estímulos associados com o trauma, alterações negativas de humor, dificuldade em engajar-se em atividades importantes, perturbação do sono, dificuldade de expressar emoções positivas e problemas de concentração (APA, 2014).

A violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre com maior frequência dentro da família (Pfeiffer & Salvagni, 2005), conhecida como violência intrafamiliar, pois envolve pessoas de

uma mesma família, com ou sem laços consanguíneos, e que geralmente vivem no mesmo domicílio (Araújo, 2002). Há ainda o abuso extrafamiliar praticado por pessoas que não pertencem à mesma família, mas que podem ter algum vínculo com a criança e, em alguns casos, frequentar a casa da vítima (Pietro & Yunes, 2008).

Os abusadores sexuais de crianças e adolescentes frequentemente são parentes próximos, seguidos de vizinhos ou amigos da família. Geralmente, são pessoas que participam da rotina e estabelecem contato diário com a criança (Monteiro et al., 2008) e que procuram estar acima de qualquer suspeita (Williams, 2012). Na maior parte dos casos, o abusador é uma pessoa em quem a vítima confia e ama e que se beneficia de uma relação de afeto ou dependência estabelecida entre eles (Williams, 2012).

A literatura apresenta algumas condições de vida e/ou características pessoais que podem ser encontradas em adultos que praticam violência contra crianças, inclusive o abuso sexual, ainda que tais condições não sejam entendidas como determinantes de tais condutas. São elas: dependência química (álcool e outras drogas), história de abuso, baixa autoestima, prostituição, imaturidade e transtornos de conduta, psiquiátricos ou psicológicos (Pires & Miyasaki, 2005) e falta de empatia. Dessa forma, nem todo abusador sexual possui necessariamente uma psicopatologia como o transtorno pedofílico (Williams, 2012).

Estima-se que a prevalência mais alta desse transtorno seja entre homens esteja entre 3 e 5%, enquanto entre as mulheres essa prevalência é ainda mais difícil de estimar, acreditando-se que seja uma porção muito menor do que a apresentada entre a população masculina. Conforme o DSM V, o transtorno pedofílico está entre os transtornos parafilicos que apresentam excitação, impulsos ou comportamentos sexuais com foco na criança com até 13 anos de idade. Para o diagnóstico de transtorno pedofílico, a pessoa deve ter idade acima de 16 anos e ser 5 anos mais velho que a vítima. Contudo, o distúrbio não significa necessariamente o engajamento em ato criminoso, pois o indivíduo pode manter seus desejos sexuais em segredo e nunca os tornar atos reais, sendo, nesse caso, denominado orientação sexual pedofílica (APA, 2014).

Frequentemente, antes de iniciar o abuso sexual, algumas pessoas investem um considerável período de tempo seduzindo a criança com agrados para conquistar sua confiança num processo chamado aliciamento. Esse processo é o tempo que a pessoa usa para entrar em contato com a criança e prepará-la para o abuso sexual (Sanderson, 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Grande parte dos abusadores sexuais de crianças com transtorno pedofílico preocupa-se em planejar a violência, tomando precauções para não serem pegos ao ponto de, muitas vezes, eles planejarem com mais afinco a aproximação e sedução da vítima do que o próprio ato em si. O risco da descoberta sobre o intuito do abusador é capaz de evitar que ele prossiga com os atos de sedução, impedindo assim suspeitas sobre suas intenções (Kocsis, Cooksey & Irwin, 2002). Para que a prática do abuso fique oculta perante a sociedade, geralmente, a pessoa com transtorno pedofílico escolhe famílias com pouco contato social, com apoio e rede social escassa, chefiadas por mulheres, crianças e adolescentes tímidas, com menor compleição física ou com alguma deficiência (Williams, 2012).

Leclerc, Beauregard e Proulx (2008), ao estudarem as estratégias de aproximação abusador-vítima por meio de uma amostra de 103 adolescentes autores de abusos contra crianças, constataram que eles investiram em garantir a confiança da criança ao disponibilizarem amor, atenção e presentes. Eles acreditavam que, dessa forma, diminuiriam a possibilidade de serem delatados pela criança e por consequência, de serem descobertos.

A pessoa com transtorno pedofílico costuma obedecer a um ritual de aproximação com o objetivo de seduzir a vítima. Depois de identificar as necessidades da criança por meio do contato

com os pais, o abusador volta sua atenção para a vítima. Para conquistar seu interesse costuma se ambientar no mundo infantil, conhecendo vocabulário próprio, gostos por filmes, músicas, brincadeiras, entre outros, desenvolvendo mais habilidades para conquistar a confiança da criança (Sanderson, 2005). O aliciamento ocorre de maneira sutil, de forma a não levantar suspeitas sobre a verdadeira intenção do abusador de controlar e manipular a vítima (Sanderson, 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Uma estratégia bastante utilizada para conquistar a confiança da criança é permitir/induzir que essa pratique atividades proibidas e pedir que ela não as conte aos pais ensinando que, dessa forma, elas evitariam o desagrado ou punições dos pais. Fazendo isso, o abusador conquista a confiança da criança ao mesmo tempo em que testa a sua capacidade de guardar segredos, envolvendo-a num relacionamento que passa a impressão de ser especial; baseado em confiança, respeito e amor. Então a criança, devido a esta cumplicidade imposta pelo adulto, passa a acreditar que possui responsabilidade sobre os atos libidinosos que vierem a ocorrer. Se, por outro lado, a criança não guardar segredos relacionados às atividades não sexuais, o abusador passa a ter restrições em continuar o processo, ou ele passa a empregar esforços no relacionamento ou rompe abruptamente com a criança. Essa, por sua vez, pode sentir-se magoada e abandonada por aquele que pensava ser um amigo especial. Se o segredo não for revelado, o abusador passa então a tirar proveito de sua amizade com a criança manipulando-a, fazendo-a acreditar que ele se importa mais com ela do que seus pais e amigos, passando a envolvê-la em maior contato físico (abraços, cócegas) até chegar ao abuso sexual (Sanderson, 2005).

Se por algum motivo a criança resistir ou ameaçar não guardar segredo dizendo, por exemplo, contar tudo aos pais, o abusador pode coagi-la, dizendo a ela que eles têm muitos outros segredos que também podem ser revelados e que seus pais não gostariam de saber. Além disso, usa como coerção a possibilidade do término do relacionamento entre eles, caso os pais venham saber de tudo. A criança passa a ceder a chantagens emocionais por medo de perder o “amigo especial” e acaba por realizar as atividades propostas por ele até a ocorrência do ato sexual (Sanderson, 2005). Casos de crianças que nutrem um sentimento positivo em relação ao abusador sexual e não percebem que estão sendo abusadas, quando descobertos causam grande confusão sentimental para a criança. Estas, ao saberem que se trata de uma violência, ficam divididas entre os sentimentos negativos despertados ao perceberem o ato abusivo e o carinho que sentem pelo abusador (Furniss, 1993).

Em alguns casos, o abusador consegue que a vítima se sinta excitada e obtenha prazer com o contato sexual. Esse fato também pode ser usado como um recurso do abusador para que a criança mantenha segredo (Sanderson, 2005). Ele faz a criança acreditar que também é culpada pelo que acontece, acusando-a de sedutora (Williams, 2012).

Para aliciar adolescentes, os abusadores sexuais costumam utilizar outras estratégias. Geralmente, não se aproximam dos pais e é frequente utilizar álcool e drogas para envolvê-los e ter isso como um segredo para chantageá-los em caso de resistência (Sanderson, 2005). Ameaça de agressão contra pessoas importantes para o adolescente também são comuns como constatado no estudo de caso realizado por Cantelmo, Cavalcante e Costa (2011), no qual a vítima informou que o padrasto iniciou suas investidas quando ela possuía 13 anos e ameaçava bater em sua mãe caso ela não cedesse. Nesses casos, o processo de aliciamento é suprimido em função da utilização da força e da autoridade dos abusadores ou como explicitado por Leclerc et al. (2008) quando as estratégias anteriores não são suficientes e o abusador não tem controle sobre a vítima.

Um estudo que investigou o contexto no qual as crianças puderam falar sobre a experiência de abuso sexual intrafamiliar mostrou o quão difícil é para as vítimas revelar a

violência sofrida. Entre os 22 participantes da pesquisa, 21 guardou segredo sobre o abuso durante anos e apenas uma revelou o acontecimento uma semana após o fato (Jensen, Gulbrandsen, Mossige, Reichelt & Tjersland, 2005). Em outro estudo, Kellogg e Menard (2003) analisando as entrevistas de 164 pacientes vítimas de violência sexual, com idade entre 7 e 19 anos, descobriram que entre os motivos para a não revelação do abuso estavam: medo do abusador (34%); medo de ficar em apuros (21%); medo de não acreditarem que sofreram abuso (13%); medo dos efeitos da revelação sobre a família (10%); medo dos efeitos da revelação sobre o abusador (8%); sem razão específica (8%); não sabia que era errado (2%); ter gostado (2%) e ser embaraçoso (2%). Entre os participantes, a média de tempo para a revelação do abuso, contando a partir de seu início, foi de aproximadamente 2 anos e 4 meses.

Além do medo da vítima em revelar o que estão sofrendo, um estudo realizado por Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) indicou que também pessoas adultas, mesmo tendo conhecimento de casos de abuso, evitam denunciar os agressores. As pesquisadoras analisaram os documentos contidos em processos de casos denunciados de violência sexual ajuizados pelas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre entre os anos 1992 e 1998 e encontraram que num total de 71 expedientes e 94 vítimas, em 61,7% dos casos, alguém informou que já sabia da situação abusiva e não denunciou. Desses casos, as pessoas que tinham conhecimento anterior da violência eram a mãe (55,2%), irmãos (54,3%), parentes (22,4%), pai (5,2%), escola (1,7%) e outros (10,3%). Contudo, as mães são as pessoas que denunciam a violência sexual contra os filhos com mais frequência (Habigzang et al., 2005) e quando descobrem o abuso contra seus filhos ou filhas tendem a se sentirem culpadas por não terem exercido o papel de protetoras de forma competente (Carvalho, Galvão & Cardoso, 2009; Lima & Alberto, 2010). Acreditam que falharam em sua função materna baseadas na crença culturalmente legitimada de que a mãe é a melhor pessoa para cuidar dos filhos (Carvalho et al., 2009).

O comportamento das mães após a revelação do abuso é motivo de grande expectativa e dúvidas para crianças e adolescentes, pois, quando se comportam como apoiadoras, podem cessar a violência (Lima & Alberto, 2010), mas se não creem, ou não assumem um papel protetor, podem dificultar a interrupção das agressões. Santos e Dell'Áglio (2008) chamam a atenção para duas possíveis posições que podem ser adotadas pelas mães de crianças vítimas de abuso sexual, como: protetora da criança ou cúmplice do abusador. As autoras destacam que as duas atitudes podem ser adotadas pela mesma mãe em diferentes momentos de sua vida e é preciso haver uma investigação para esclarecer a dinâmica familiar e a participação de outros parentes na manutenção do abuso, pois, ao analisar esses aspectos, pode-se entender as atitudes maternas e evitar acusações e a culpabilização, vendo-as como pessoas que também precisam de ajuda. Dentre os fatores que podem estar relacionados à atitude não apoiadora das mães, estão a revivência de um abuso sexual sofrido na infância (Lima & Alberto, 2010), a violência na família de origem, a falta de modelos de família protetiva e a dependência emocional do companheiro (Santos & Dell'Áglio, 2008).

2. O processo de construção do juízo moral nas Teorias de Piaget e de Kohlberg

Para Piaget (1932/1994), após um período de anomia, a moral vai sendo construída no decorrer do desenvolvimento. Portanto, a anomia estaria presente durante o estágio de desenvolvimento anterior ao universo moral (La Taille, 2006, 2010). Antes dos 4 anos de idade, segundo Piaget (1932/1994), a criança entra em contato com regras sociais relacionadas à rotina diária, como tomar banho, dormir, alimentar-se, entre outras atividades. Porém, as regras

derivadas da moral ainda não estão associadas a valores como o bem e o mal, o certo e o errado (La Taille, 2006, 2010).

Quando a criança começa a relacionar bem e mal às atitudes diárias, a moral começa a fazer parte do universo de valores (La Taille, 2006, 2010). De acordo com Piaget (1932/1994), a moral deriva do respeito que adquirimos às regras, no entanto, antes de respeitarmos regras, precisamos respeitar as pessoas que nos impõem tais regras (Menin, 1996). Por isso, no caso das crianças, o respeito às regras impostas pelos adultos ocorre devido à imitação dos mais velhos. Ao perceber o mundo a partir de uma única perspectiva, a criança pensa que imitar o mais velho, que seguir suas regras é a única possibilidade que existe, obedecendo a um respeito unilateral (Menin, 1996). Esse pensamento constitui, portanto o princípio do realismo moral, que é de acordo com Piaget (1932/1994, p.93): “a tendência da criança em considerar os deveres e os valores a eles relacionados como subsistentes em si, independente da consciência e se impondo obrigatoriamente, quaisquer que sejam as circunstâncias às quais o indivíduo está preso”. Como exemplo dessa forma de pensar da criança estão as regras impostas na situação de jogo, que passam a ser consideradas como obrigatórias e que devem ser obedecidas de forma literal. A consciência inicialmente heterônoma deriva, portanto, da coação do adulto sobre a criança (Piaget, 1932/1994).

Sendo assim, o realismo moral comporta três características: a primeira é o dever heterônomo, ou seja, deve-se obedecer às regras e aos adultos; a segunda é o cumprimento da regra que deve ser cumprida ao pé da letra; e a terceira é a concepção objetiva da responsabilidade. Presa às duas primeiras características, ou seja, à obediência e ao cumprimento da regra ao pé da letra, na concepção objetiva da responsabilidade, a criança avalia os atos em função de sua conformidade material e não em função da intenção colocada na ação (Piaget, 1932/1994).

Por sua vez, em relação à mentira, essa é resultado das atitudes egocêntricas, com a coação moral do adulto. Para a criança pequena, a mentira é “um nome feio”, assemelhando-a a blasfêmias e palavrões que ela já entendeu que não devem ser pronunciadas devido às advertências recebidas. Isso porque mentiras e palavras feias seriam uma falta moral (Piaget, 1932/1994).

Inicialmente a proibição à mentira é externa à consciência da criança. Aos 3 anos, ela não consegue diferenciar atos intencionais e erros involuntários e, entre 5 e 7 anos, ela costuma agrupar atos intencionais e enganos como mentira, mesmo que entenda que são coisas diferentes. Apenas por volta dos 10 ou 11 anos a criança passa a ter uma definição correta da mentira como sendo toda afirmação falsa (Piaget, 1932/1994).

De acordo com Piaget (1932/1994): “a criança, em virtude de seu egocentrismo inconsciente, é levada espontaneamente a transformar a verdade em função de seus desejos e a ignorar o valor da veracidade” (p. 131). Dessa forma, a criança possui um respeito unilateral em que a coação do adulto o impele muitas vezes à mentira.

As características relativas à heteronomia como, egocentrismo, realismo moral e respeito unilateral estão presentes nas crianças quando elas se aproximam dos 4 anos até aproximadamente 8 ou 9 anos de idade. Nesse período, é comum a criança experimentar dois sentimentos que aparecem interligados: o amor e o medo. O medo surge de duas preocupações: pela retirada do amor do adulto e pela desagradável experiência das punições. Além disso, o sentimento de medo também se origina do fato da criança sentir-se mais fraca que o adulto. O respeito aos pais é um resultado dos sentimentos de medo e amor, sendo este último, sentido pela criança em forma de admiração e apego (La Taille, 2006, 2010).

Está presente na existência desses dois sentimentos a explicação para que a criança, mesmo portando todas as características relacionadas à fase heterônoma, desobedeça às regras. No caso da mentira, por exemplo, essa pode ser empregada por medo da punição e da perda do amor do adulto. Ou seja, mesmo tendo conhecimento a respeito das regras, na prática a criança heterônoma pode tornar-se desobediente a elas. Isso decorre do fato da criança heterônoma ser egocêntrica e por esse motivo buscar sempre seu próprio conforto, modificando a realidade em busca da satisfação de um desejo (Piaget, 1932/1994).

À medida que a criança vai se conscientizando de uma atitude de cooperação e do princípio da reciprocidade, surge o respeito mútuo, no qual os direitos, além da obediência à boa regra, também adquirem importância (La Taille, 2006, 2010). A criança passa a perceber que a mentira é vilã quando consegue enganar o interlocutor e a veracidade passa de heterônoma para uma consciência autônoma, em que a criança é capaz de pensar e agir socialmente sobre a regra, não a aceitando apenas como uma imposição. Durante a fase de autonomia, que se inicia por volta dos 8 ou 9 anos de idade, a criança passa a adotar o princípio da igualdade no tratamento às pessoas, demonstrando a aquisição do princípio de justiça. Mais tarde, o princípio de igualdade progride para o princípio de equidade, no qual é possível analisar a igualdade observando as diferenças entre as pessoas. Na fase autônoma, o sentimento de medo também continua a existir, porém, agora por medo de ser julgado e diminuído pelas pessoas, ou seja, teme ser vista com menor importância pelos outros (Piaget, 1932/1994).

La Taille (2006) fala do sentimento de vergonha como uma experiência de autojuízo negativo, pois “quem sente vergonha julga negativamente a si próprio” (p. 134). Dessa forma, o juízo negativo percebido no olhar alheio apenas terá efeito se o próprio sujeito se julgar da mesma maneira, então sentirá vergonha. Podemos sentir vergonha por estarmos sendo observados, por estarmos expostos em uma determinada situação. Podemos sentir vergonha pelo o que somos ou ainda por algum fato que tenha ocorrido.

É importante destacar que heteronomia e autonomia são tendências que podem coexistir num mesmo período de tempo do desenvolvimento humano. Desse modo, uma criança heterônoma pode adotar atitudes autônomas em situações peculiares, mesmo que a heteronomia seja predominante no pensamento dela. Isso pode ser em parte devido ao fato de, na maioria das culturas, as relações sociais estabelecidas com as crianças serem predominantemente coercitivas (La Taille, 2006, 2010).

A teoria de Piaget forneceu base para o desenvolvimento de outras teorias sobre moralidade, como a de Kohlberg, que se tornou uma grande referência no assunto ao ampliar as considerações de Piaget sobre as tendências heterônomas e autônomas do desenvolvimento moral. Kohlberg (1992) considerou o desenvolvimento moral em seis estágios divididos em três níveis; sendo que o primeiro pode ser considerado mais próximo da heteronomia e o último relacionado à autonomia.

Kohlberg inicia sua teoria pelo nível pré-convencional ou pré-moral que vai de 2 anos a aproximadamente 6 anos e está subdividido em “Orientação para a punição e a obediência” e “Orientação instrumental-relativista”. No primeiro estágio, “Orientação para a punição e obediência”, a criança importa-se com a consequência física da sua ação sem considerar o valor humano a ela relacionado. Ela apenas se preocupa em evitar a punição, respeitando a regra incondicionalmente. No segundo estágio, “Hedonismo instrumental relativista”, a criança admite uma ação a partir da necessidade própria ou dos outros em segundo plano, mas sempre com alguma consequência vantajosa para si mesma. É considerado moralmente correto o que está de acordo com o prazer com a satisfação das próprias necessidades (Kohlberg, 1992; Menin, 1996; Biaggio, 2006; Camino & Luna, 2009; La Taille, 2006, 2010).

O segundo nível é denominado de convencional, ocorre durante a idade escolar e é subdividido em terceiro e quarto estágios. O terceiro estágio é a “Concordância interpessoal ou orientação para o ‘bom menino - boa menina’” no qual o bom comportamento é aquele que agrada ou ajuda os outros, o valor da intenção é levado em consideração pela primeira vez e há uma busca por ser considerada uma boa pessoa. O quarto é a “Orientação para a manutenção da sociedade”, no qual é valorizada a autoridade e as regras fixas em favor da manutenção da ordem e do progresso social. Implica um cumprimento à ordem em consideração e respeito a si mesmo e uma preocupação com a consequência dos atos que pratica (Kohlberg, 1992; Menin, 1996; Biaggio, 2006; Camino & Luna, 2009; La Taille, 2006, 2010).

No último nível, o nível pós-convencional alcançado durante a adolescência, encontram-se os estágios “Orientação para o contrato social” e “Orientação para o princípio ético universal”. No quinto estágio, “A orientação para o contrato social”, a ação correta possui uma consciência dos direitos individuais gerais com concordância de toda sociedade. No sexto estágio, “Princípios universais de consciência”, as decisões obedecem aos princípios éticos do indivíduo; há uma autonomia para julgar se uma ação é correta ou não (Kohlberg, 1992; Menin, 1996; Biaggio, 2006; Kohlberg, Boyd & Levine, 2006; La Taille, 2006, 2010).

3. O silêncio sobre o abuso sexual e o juízo moral nas crianças e nos adolescentes

Após termos levantado algumas características do abuso sexual e do desenvolvimento moral da criança, resta-nos tecermos algumas considerações sobre a possível relação da construção do juízo moral com o silêncio sobre o abuso sexual perpetrado contra crianças. Em resumo, queremos defender que o estágio heterônomo proposto por Piaget ou os primeiros dois níveis de desenvolvimento moral considerados por Kohlberg não são fatores suficientes e muito menos decisivos para a manutenção do segredo na situação de abuso sexual, mas podem contribuir consideravelmente a favor do abusador na manutenção do chamado “muro do silêncio”, o silêncio sobre o abuso sofrido.

Como explicitado por Piaget (1932/1994), no realismo moral, o pensamento heterônomo da criança a faz pensar nas regras como imutáveis, pois não possuem a consciência necessária para avaliá-las e questioná-las. Como o pensamento heterônomo é originário da coação adulta, as regras impostas por eles possuem um grande valor.

Desse modo, em presença de pais ou responsáveis abusadores e do “jogo do abuso sexual” desenvolvido por eles, a criança manterá fidelidade às regras impostas e manterá o segredo sobre o abuso. La Taille (1996) lembra que mentira e segredo estão ligados à mesma estrutura psicológica, pois ambos têm a função de esconder uma informação de outra pessoa.

Ainda que a criança, na fase da heteronomia, possa eventualmente desobedecer às regras pelo fato de não tê-las construído e não ser capaz de refletir sobre elas (Piaget, 1932/1994), no caso do abuso sexual intrafamiliar, dois motivos sustentam o silêncio da criança: o primeiro é que na fase heterônoma a criança orienta suas atitudes pelo medo ou pelo temor de perder o amor das pessoas adultas consideradas importantes para elas, e o segundo é que o respeito unilateral faz com que a criança se cale. Por ser lembrada todos os dias que se revelar o abuso será responsável por consequências negativas para a família, o medo sobre as consequências da revelação pode impedi-la de falar sobre a violência sofrida.

Se pensarmos nos estágios do desenvolvimento moral considerados por Kohlberg (1992), também entenderemos que a criança, ainda na fase pré-convencional, poderá manter segredo sendo obediente ao adulto com o objetivo de evitar uma possível punição (Camino & Luna, 2009). No segundo estágio, do mesmo nível, a criança tende a admitir uma ação a partir da própria

necessidade ou da necessidade dos outros em segundo lugar, mas ainda assim, sempre pensando numa consequência vantajosa para si mesma. A partir dessas considerações poderíamos nos perguntar por que a criança não revela a violência sofrida. Uma possível resposta estaria na própria forma de pensar da criança, pois, do ponto de vista dela, uma das consequências vantajosas seria não ser castigada, principalmente se houver algum sentimento de prazer ou de culpa ao ser estimulada sexualmente.

Crianças em fase de transição para o terceiro estágio do nível moral descrito por Kohlberg (1992), nível convencional, estão orientadas pela concordância interpessoal ou orientação para o “bom menino - boa menina”, na qual a aprovação social seria algo valorizado e de grande importância. Uma criança ao perceber que o abuso seria uma atividade errada, poderia manter o segredo por pensar ser tão responsável quanto o abusador ou por medo das pessoas acharem que ela é responsável pelo abuso, o que caracterizaria uma moralidade do conformismo. No quarto estágio, no qual está voltada para uma orientação para a manutenção da sociedade, por meio da manutenção da ordem, a criança, por medo da revelação sobre o abuso causar mais consequências negativas para ela e para as pessoas que considera importante, tende a manter o segredo. Essa atitude mantém a figura do abusador como autoridade e suas regras em relação ao abuso.

A maior parte das pessoas adultas não ultrapassa o nível convencional proposto pela teoria de Kohlberg (La Taille, 2006, 2010) ou não atinge o estágio autônomo descrito por Piaget (1932/1994). Esse aspecto poderia ser uma parte da explicação sobre o fato de em muitos casos as pessoas não revelarem o abuso sofrido por uma criança próxima, como indica a pesquisa de Habigzang et al. (2005). Como no quarto nível deste estágio o que prevalece é manter a ordem e a manutenção das instituições, podemos compreender que o silêncio mantido por essas pessoas teria como objetivo a manutenção da instituição familiar, já que nossa sociedade ainda a compreende como uma instituição privada e sagrada. A admissão da existência do abuso poderia representar uma ameaça à sua conservação.

A criança abusada sexualmente convive diariamente com regras de imposição do silêncio sobre o que acontece com ela. Assim como em outras regras que devem ser obedecidas sob a pena de um castigo, físico ou não, as regras sobre o silêncio em relação ao abuso, que caracterizam o muro do silêncio, também são obedecidas (Saffiotti, 1998). Além disso, em muitos casos, a criança nem sequer sabe que o abuso se trata de um ato ilícito contra os seus direitos (Pfeiffer, 2006).

No caso do abuso sexual extrafamiliar, a violência não é imediata, sendo utilizada toda uma forma de sedução da criança até a ocorrência do ato. O abusador primeiro conquista o amor e a confiança da criança, isolando-a de seus pais e amigos e fazendo com que ela acredite que ele é o seu melhor amigo e o único que se preocupa com ela. Uma vez conquistada a confiança da criança a esse nível, as regras impostas pelo abusador podem passar a ser as mais importantes do que as impostas pelos pais ou responsáveis.

Pais que alertam os filhos contra abusadores geralmente constroem a imagem do abusador como uma pessoa estranha à criança e notadamente perigosa. Essa informação dificulta que a criança identifique possíveis abusadores que sejam parentes ou pessoas que façam parte do círculo de amigos da família. Um exemplo pode ser observado no estudo de Kenny e Wurtele (2010), no qual 93 crianças com idades entre 3 e 5 anos, que antes de participar de um programa de segurança pessoal contra possíveis abusadores, responderam a um pré-teste para julgar como adequado ou inadequado o pedido de pessoas conhecidas para tocar suas partes íntimas. Apenas 38% das crianças identificaram como inadequado o pedido quando feito por pessoas que elas percebiam como “boas”, mas quando a pessoa era considerada “ruim”, 50% das crianças julgaram

o pedido como inadequado. Esses resultados mostram que, conforme a teoria de Piaget, crianças no estágio pré-operatório costumam centrar-se apenas em um aspecto para realizar seus julgamentos, considerando “bom” o pedido da pessoa vista como “boa” e “ruim”, o pedido da pessoa vista como “ruim”.

Há também outros sentimentos experimentados pela criança que sofre o abuso, como a vergonha e a humilhação. Segundo Harkot-De-La-Taille (1999), a violência agrega ao sentimento de vergonha um conteúdo de ‘impotência’, pois as vítimas não conseguem encontrar uma ação que possa reparar o dano. Para La Taille (2002), o sentimento de humilhação acarreta um sentimento de inferiorização, de rebaixamento, o que pode influenciar no aparecimento de um dos sinais do abuso descrito por Sanderson (2005), a baixa autoestima. Nesse sentido, uma autoestima construída sobre valores morais, significaria um autorespeito (La Taille, 2006, 2010) e, a destruição do autorrespeito é uma dor que ‘mata aos poucos’, sendo prejudicial ao desenvolvimento das relações interindividuais e sociais da criança e do adolescente (Alencar & La-Taille, 2007).

Ameaças de morte contra o adolescente ou contra alguém de quem gostam são também muito frequentes. Quanto mais madura a criança, mais sofisticados os argumentos e maiores as ameaças por parte do abusador. Mas isso não quer dizer que esses argumentos também não sejam usados contra as crianças, principalmente porque podem exercer grande coação, em função do caráter amedrontador que possuem (Sanderson, 2005).

Outras situações, além da ameaça de prisão do abusador, podem manter o segredo sobre o abuso dentro da família, ainda que a criança ou o adolescente tenha a capacidade de avaliá-lo como um ato incorreto. O segredo poderá ser mantido devido à dependência que a vítima acredita ter da família. Em muitos casos, meninas abusadas pelos pais ou padrastos temem serem vistas como traidoras pelas mães (Santos & Dell’Áglio, 2008) e, muitas vezes, sentem-se realmente assim, causando um sentimento de culpa que é, frequentemente, reforçado pelo próprio abusador. Assim, esse ambiente de coação parece contribuir para a existência do respeito unilateral e para a permanência das crianças na heteronomia (Piaget, 1932/1994) e nos estágios iniciais propostos por Kohlberg (1992).

4. Considerações finais

A moralidade na criança e no adolescente passa por um processo que depende de sua experiência social. Se na forma de interação que os adultos estabelecem com a criança e com o adolescente está incluso o abuso sexual, as regras de silêncio sobre ele possuem grandes chances de serem obedecidas, principalmente durante o início do desenvolvimento moral. Além disso, uma relação embasada em violência e coerção pode dificultar que a criança ou o adolescente alcance o estágio autônomo ou nível pós-convencional de desenvolvimento moral.

A moralidade é um processo e, durante sua constituição a criança passará pela heteronomia ou pelos dois primeiros níveis descritos por Kohlberg (La Taille, 2006, 2010), pré-moral e convencional, até, quem sabe, chegar à autonomia ou nível pós-convencional. Desse modo, a criança ou o adolescente, com seu pensamento vulnerável à manipulação de potenciais abusadores sexuais deve ser preparada para identificar os sinais abusivos que podem vir de pessoas conhecidas ou desconhecidas e contar com uma rede de apoio para sentir-se segura em revelar tais investidas. Por outro lado, a referida rede de apoio deve também considerar que, em alguns casos, a negação da criança quanto à existência do abuso sexual pode ser uma evidência contrária à existência de um possível abuso ocorrido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) é um importante mecanismo legal que amplia a responsabilidade sobre a garantia dos direitos e do bem-estar de crianças e adolescentes para além da família, incluindo como responsáveis a comunidade, a sociedade e o Estado. Todos têm o dever de proteger crianças e adolescentes contra qualquer tipo de violência, primando pela saúde física e psicológica desses que se encontram em condição peculiar de desenvolvimento.

A formação profissional para a prevenção, identificação e diagnóstico em relação a toda forma de violência contra crianças e adolescentes está prevista no parágrafo terceiro, do Artigo 70-A, do ECA (Brasil, 1990). Nesse sentido, Psicólogos que trabalham com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual precisam conhecer a forma de funcionamento do pensamento e da construção da moral e a relação que possui com o silêncio acerca do abuso, observando os sinais da violência e a dinâmica familiar para intervenção efetiva de combate à violência.

Sugerimos pesquisas com crianças e adolescentes com o objetivo de investigar a relação entre o nível de desenvolvimento moral no momento da revelação do abuso sexual pela vítima e o nível de desenvolvimento moral em casos descobertos e denunciados por outras pessoas, enquanto a criança ainda tenta manter o segredo. Essas investigações poderão ajudar a confirmar a hipótese de que o desenvolvimento moral pode estar relacionado à manutenção do silêncio quando a criança ou adolescente está exposto à violência sexual.

Referências Bibliográficas

Alencar, H. M. de & La-Taille, Y. de. (2007). Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2).

APA - American Psychiatric Association. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 4.ed. Washington: APA.

Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.

Brasil (1990). Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília: Presidência da República.

Brasil (2009). Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília: Presidência da República.

Biaggio, A. M. B. (2006). Lawrence Kohlberg: Ética e educação moral (2a ed.). São Paulo: Moderna.

Borges, J. L. & Dell'Áglio, D. D. (2009). Funções cognitivas e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em meninas vítimas de abuso sexual. *Aletheia*, 29, 88-102.

Camino, C. & Luna, V. (2009). Aquisição e desenvolvimento de valores morais. In M. Correia (Org). *Psicologia e escola: Uma parceria necessária* (2a ed., pp. 101-125). Campinas: Alínea.

Cantelmo, C. A., Cavalcante, T. P. & Costa, L. F. (2011). A menina mãe: incesto e maternidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 137-154.

Carvalho, Q. C. M., Galvão, M. T. G. & Cardoso, M. V. L. M. L. (2009). Child sexual abuse: the perception of mothers concerning their daughters' sexual abuse. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(4), 501-506.

Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144.

Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre, Artmed.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.

Harkot-De-La-Taille, E. (1999). *Ensaio semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas publicações FFLCH/USP.

Jensen, T. K., Gulbrandsen, W., Mossige, S., Reichelt, S. & Tjersland, O. A. (2005). Reporting possible sexual abuse: A qualitative study on children's perspectives and the context for disclosure. *Child Abuse & Neglect*, 29(12), 1395-1413.

Kellogg, N. D. & Menard, S. W. (2003). Violence among family members of children and adolescents evaluated for sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(12), 1367-1376.

Kenny, M. C. & Wurtele, S.K. (2010). Children's abilities to recognize a "good" person as a potential perpetrator of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 34(7), 490-495.

Kocsis, R. N., Cooksey, R. W. & Irwin, H. J. (2002). Psychological profiling of ofeender characteristics from crime behaviors in serial rape offences. *Int J Offender Ther Comp Criminol*, 46(2), 144-69.

Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Spain, Desclée de Brouwer.

Kohlberg, L., Boyd, D. R. & Levine, C. (2006). O retorno do estágio 6: Seu princípio e ponto de vista moral (W. Settineri, Trad.). In A. M. B. Biaggio (Org.). *Lawrence Kohlberg: Ética e educação moral* (pp. 89-116). São Paulo: Moderna.

La Taille, Y. (1996). A gênese da noção de segredo na criança. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 12(3), 245-51.

La Taille, Y. (2002). *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes.

La Taille, Y. (2006). Desenvolvimento do Juízo Moral. In: La Taille, Y. (Ed.) *Moral e Ética – Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre, Artmed, 95-104.

La Taille, Y. (2010). Moral e ética: Uma leitura psicológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), 26(especial), 105-114. doi: 10.1590/S0102-37722010000500009

Leclerc, B., Beauregard, E. & Proulx, J. (2008). Modus operandi and situational aspects in adolescent sexual offences against children: a futher examination. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 52(1), 46-61.

Lima, J. A. & Alberto, M. de F. P. (2010). As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(2), 129-136.

Menin, M. S. de S. (1996). O desenvolvimento moral – Refletindo com pais e professores. In: Macedo, L. (Ed.) *Cinco Estudos de Educação Moral*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 37-104.

Monteiro, C. F. de S., Teles, D. C. B. S., Castro, K. L., Vasconcelos, N. S. V. de, Magalhães, R. de L. B. & Deus, M. C. B. R. de (2008). Violência Sexual contra a criança no meio intrafamiliar, atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 61(4), 459-63.

Pfeiffer, L. (2006). Portadores de deficiências e de Necessidades Especiais: duplamente vítimas de violência e discriminação. In: Lima, C. A. de et al. (Ed.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde (Série B. Textos Básicos de Saúde), 117-123.

Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204.

Piaget, J. (1932/1994). A Coação Adulta e o Realismo Moral. In: *Juízo Moral na Criança*. 3ª Ed., São Paulo: Summus, 92-155, "(Original de 1932)".

Pietro, T. & Yunes, M. A. M. (2008). Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI(58).

Pires, A. L. D. & Miyasaki, M. C. O. S. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 12(1), 42-9.

Saffiotti, H. I. B. (1998). A síndrome do pequeno poder: ser social. *Revista do programa de pós-graduação e política social do departamento de serviço social da Universidade de Brasília*. 2.

Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças – Fortalecendo Pais e Professores Para Proteger Crianças Contra Abusos Sexuais e Pedofilia*. São Paulo, M.Books, “(Original de 2004)”.

Santos, S. S. dos & Dell’Áglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 25(4), 595-606.

Williams, L. C. de A. (2012). *Pedofilia: identificar e prevenir*. São Paulo: Brasiliense.

Autor para Correspondência:

D. B. do Nascimento: danybartnasc@yahoo.com.br **E. M. Rosa:** edineter@gmail.com **H. M. de Alencar:** Universidade Federal do Espírito Santo. Campus Universitário de Goiabeiras. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Av. Fernando Ferrari Nº 514. Goiabeiras. Vitória. Espírito Santo. Brasil. CEP: 29.075.910. heloisamoulin@gmail.com